

País paga 5% a mais

O Brasil já paga encargos adicionais próximos a 5%, entre spread — taxa de risco, quatro tipos de comissões — e “despesas razoáveis em aberto”, para conseguir os poucos empréstimos externos contratados nos últimos doze meses. Esse adicional equivale a 50% dos juros básicos do mercado financeiro internacional. Como o País contratou ou espera contratar US\$ 28 bilhões, este ano, em empréstimos de curto, médio e longo prazos, incluídas a rolagem da dívida a vencer ao longo do ano e a renovação de créditos de curto prazo, os ônus extras representarão, até dezembro, US\$ 1,4 bilhão, fora os juros normais.

Na semana passada, o vice-diretor do departamento de câmbio e relações comerciais do Fundo Monetário Internacional (FMI), William Beveridge, confidenciava aos jornalistas brasileiros que o País deveria atentar também para o custo da renegociação da dívida com os bancos estrangeiros.

O ex-presidente do Banco Central e atual presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições do Mercado Aberto (Andima), Carlos Brandão, confessou a surpresa com o elenco de encargos extras, mas ressaltou: “Se os cré-

ditos estão fechados, é preciso pagar caro para se obter alguma coisa”.

Além do tradicional “spread”, mantido no patamar de 2,125% ao ano acima dos juros básicos do euromercado, o Brasil pagou, nas últimas operações sindicalizadas e com aval do Tesouro Nacional, comissões de gerenciamento, de agenciamento, de pré-pagamento e de compromisso e ainda “despesas razoáveis” em aberto — com certeza, um recorde mundial de encargos inusitados.

A comissão de gerenciamento

permanece no elevado percentual de 1,5% sobre o valor do empréstimo, com pagamento antecipado aos líderes dos empréstimos sindicalizados. Os coordenadores gerais dos quatro projetos do fracassado programa brasileiro de ajuste das contas externas deste ano, apresentado aos banqueiros em dezembro de 1982, Morgan Guaranty Trust, Citibank, Chase Manhattan e Bankers Trust, receberam uma alta comissão de agenciamento, mantida em sigilo pelo Banco Central. Na última sexta-feira, as Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) revelou que o Morgan Guaranty Trust recebeu comissão de agenciamento de US\$ 12,5 mil por ano para liderar um empréstimo sindicalizado de 122,5 milhões de marcos alemães, equivalente a US\$ 45,88 milhões.

Os banqueiros introduziram até a comissão de compromisso de 0,5% ao ano sobre os valores não desembolsados. Assim, por exemplo, os bancos internacio-

nais retem a parcela restante de US\$ 1,9 bilhão do jumbo de US\$ 4,5 bilhões, contratado em fevereiro último, e mantêm a cobrança do encargo de 0,5% ao ano para garantir os compromissos assumidos.

Também constitui encargo novo a cobrança da comissão de pré-pagamento de 1%. Mas a novidade maior fica por conta das “despesas razoáveis”, sem teto específico e exigíveis mediante “a apresentação de extrato detalhado das despesas incorridas”, conforme cláusula contratual aceita pelo Banco Central na aprovação dos empréstimos externos.

O dirigente de um banco estrangeiro integrante do comitê de coordenação da fase 2 da renegociação da dívida externa manifestou estranheza com a multiplicação dos encargos extras. Porém, explicou que todos os credores exigirão o mesmo tratamento dispensado, por exemplo, ao Morgan, o que generalizará o ônus adicional à dívida.